

**Gestão 2024-2026**

Procurador-Geral de Justiça  
**Romão Avila Milhan Junior**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Legislativa  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siuffi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Luiz Gustavo Camacho Terçariol**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siuffi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2014 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)



## PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

### RESOLUÇÃO Nº 12/2024-PGJ, DE 27 DE MAIO DE 2024.

*Cria, no âmbito do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão, Direitos Humanos e Pessoas com Deficiência, o Núcleo da Educação, e estabelece suas normas de atuação.*

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 7º, incisos V e XII, alínea "b", da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme o art. 127, *caput*, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o direito à educação é direito social previsto no art. 6º da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o art. 205 da Constituição Federal estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO que a atuação ministerial na defesa da educação se consubstancia em mecanismo que corrobora seu papel fundamental de agente de transformação social, sendo certo que a racionalização e efetividade nesse sentido é medida que se mostra pertinente para o progresso de garantia desse direito com o passar do tempo;

CONSIDERANDO a necessidade de articular, coordenar e, respeitada a independência funcional, promover a unidade das políticas de atuação das Promotorias de Justiça que atuam na defesa da educação nas comarcas de Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO a importância de promover o intercâmbio do Ministério Público com os demais órgãos de Estado com atribuição de promover a defesa da educação, tendo como premissas a efetividade e a resolutividade;

CONSIDERANDO que a criação de um núcleo especializado para apoio à atuação dos membros na defesa da educação constitui iniciativa para propiciar uma ação conjunta, organizada e eficaz para a efetividade do direito à educação garantido pelo ordenamento jurídico; e

CONSIDERANDO a necessidade de aprimoramento e atualização da estrutura do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão, dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência (CAODH) visando sua adequação à evolução da atuação institucional na defesa da educação,

RESOLVE:

#### CAPÍTULO I

#### DA CRIAÇÃO DO NÚCLEO

**Art. 1º** Fica criado, no âmbito do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão, Direitos Humanos e Pessoas com Deficiência (CAODH), em caráter permanente, o Núcleo da Educação, como órgão de apoio, com o objetivo de promover, mediante auxílio técnico-jurídico, a atuação articulada e uniforme dos membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS) que desempenham suas atribuições na área de educação, bem como adotar medidas para a defesa e o fortalecimento da efetividade desse direito.

#### CAPÍTULO II

#### DA COMPOSIÇÃO

**Art. 2º** O Procurador de Justiça Coordenador do CAODH exercerá a Coordenação-Geral, e um membro do Ministério Público com mais de 10 (dez) anos de carreira e 35 (trinta e cinco) anos de idade poderá ser designado pelo Procurador-Geral de Justiça para exercer a Coordenação do Núcleo.

§ 1º Em caso de afastamento, férias, licença ou ausência:

I – do Coordenador-Geral, este será substituído pelo Coordenador do Núcleo e, na ausência de ambos, por Promotor de Justiça designado pelo Procurador-Geral de Justiça;

II – dos demais integrantes do Núcleo, estes serão substituídos por membros designados pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 2º O membro designado como Coordenador do Núcleo será agregado ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça.



### CAPÍTULO III DAS ATRIBUIÇÕES

#### **Art. 3º** Compete ao Núcleo da Educação:

I – prestar auxílio técnico-jurídico e, quando necessário, apoio técnico e logístico aos membros do MPMS que atuam na área da educação, na instrução de notícias de fato, procedimentos administrativos, investigatórios e inquéritos civis e na preparação e proposição de medidas processuais, remetendo informações técnico-jurídicas, pareceres técnicos e demais peças de informação técnica, sem caráter vinculativo;

II – promover a interlocução do MPMS com entidades organizadas da sociedade civil ligadas à questão da educação e com os demais órgãos do Estado responsáveis pela garantia desse direito;

III – prestar auxílio, quando solicitado pelo membro com atribuição natural, na promoção da articulação entre os órgãos do MPMS e os Conselhos Nacional, Estadual e Municipais de Educação;

IV – fomentar o debate permanente para consolidação e uniformização dos posicionamentos jurídicos institucionais sobre assuntos relativos à educação, visando subsidiar a atuação dos membros do MPMS;

V – implementar *software* de coleta, unificação, divulgação de dados, estatísticas e acompanhamento da atuação ministerial na defesa da educação, em conjunto com todas as Promotorias de Justiça do Estado com atribuição na matéria;

VI – promover ações voltadas ao aprimoramento técnico e operacional das atividades dos membros do MPMS que atuam na área da educação, tais como seminários, cursos de capacitação, palestras, fóruns interinstitucionais, ciclos de estudos e demais eventos;

VII – promover palestras, cursos e demais eventos voltados ao público externo, visando a inserção social e a contribuição para o esclarecimento e a capacitação da sociedade civil na área da educação;

VIII – prestar auxílio, quando solicitado pelo membro com atribuição natural, para promover a articulação permanente com as diversas esferas do poder, organizações governamentais, do terceiro setor e do setor privado que participem direta ou indiretamente da elaboração de estudos ou desenvolvimento de atividades pertinentes à área da educação;

IX – assistir ao Procurador-Geral de Justiça em matérias concernentes à área da educação, além de produzir relatórios e notas técnicas, com o objetivo de orientar as políticas públicas de enfrentamento e a atuação dos membros do Ministério Público na defesa da educação;

X – propor a elaboração e/ou alteração das normas em vigor, bem como acompanhar e apresentar propostas de alterações legislativas pertinentes à sua área de atuação;

XI – assessorar a Procuradoria-Geral de Justiça na formulação de políticas institucionais relacionadas à defesa da educação;

XII – participar de reuniões e audiências, quando solicitado pelo membro com atribuição natural, desde que haja compatibilidade de pauta e agenda do Coordenador do Núcleo;

XIII – realizar reuniões e conferências interinstitucionais, inclusive por meio eletrônico, no exercício de suas atribuições, incluindo-se aquelas destinadas ao desenvolvimento do Plano Estratégico Institucional;

XIV – propor a realização de convênios e outros ajustes, acompanhando a sua execução, quando designado como gestor pelo Procurador-Geral de Justiça;

XV – remeter anualmente à Procuradoria-Geral de Justiça relatório das atividades relativas à sua área de atribuição;

XVI – realizar outras atividades compatíveis com sua finalidade.

### CAPÍTULO IV DAS REUNIÕES

**Art. 4º** O Núcleo da Educação poderá realizar reuniões com os membros com atribuição na seara da educação para tratar de questões pertinentes à temática e suas respectivas medidas resolutivas.

**Parágrafo único.** As reuniões serão presididas pelo Coordenador-Geral e, na sua ausência, pelo Coordenador do Núcleo.

### CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 5º** O Procurador-Geral de Justiça celebrará convênios e termos de cooperação técnica sempre que se fizer necessário ao pleno e eficaz desenvolvimento das atividades do Núcleo da Educação.



**Art. 6º** Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador-Geral de Justiça.

**Art. 7º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução nº 18/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020.

Campo Grande, 27 de maio de 2024.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR  
Procurador-Geral de Justiça

## PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

### PORTARIA Nº 2554/2024-PGJ, DE 23.5.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Estefani Almeida de Oliveira, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 1ª Promotoria de Justiça de Camapuã, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Rio Negro, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, de 13 a 29.5.2024, em razão de afastamento da servidora Geovana de Oliveira Melo, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

### PORTARIA Nº 2555/2024-PGJ, DE 23.5.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Stella Trota, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança FC5, símbolo MPFC-305, de 20 a 29.5.2024, em razão de afastamento da servidora Terezinha de Jesus Nantes Ferreira.

NILZA GOMES DA SILVA  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

### PORTARIA Nº 2581/2024-PGJ, DE 24.5.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Revogar, a partir de 13.5.2024, a Portaria nº 2476/2024-PGJ, de 20.5.2024, na parte que designou a servidora Paula Cristina Andrade Galvão para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços junto à Coordenação do Núcleo de Apoio Especial à Saúde, Naes.

NILZA GOMES DA SILVA  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2594/2024-PGJ, DE 24.5.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Jeferson Willian Turchiello, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 4ª Promotoria de Justiça de Naviraí, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 3ª Promotoria de Justiça da referida Comarca de 19 a 26.7.2024, em razão de afastamento da servidora Beatriz Andrade de Azevedo Bachim, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2595/2024-PGJ, DE 24.5.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Pedro Borges de Souza, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Cassilândia, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 3ª Promotoria de Justiça de Paranaíba, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, em 24.5 e 3.6.2024 e de 27 a 29.5.2024, em razão de afastamento do servidor Diego Vinícius Queiroz Silva, Técnico II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2596/2024-PGJ, DE 24.5.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Bruna Natielly Dutra Santana, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Apoio Administrativo da ESMP de 20 a 24.5.2024, em razão de afastamento da titular, Karla Karoline Assumpção Cavalcante.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2597/2024-PGJ, DE 24.5.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Jeferson da Silva Marques, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro do Ministério Público Estadual, em exercício na 2ª Procuradoria de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços de apoio técnico-jurídico à Câmara de Autocomposição de Conflitos de Alta Complexidade, CAMP, a partir de 7.5.2024, até ulterior deliberação; e revogar, a partir de 24.5.2024, a Portaria nº 2196/2022-PGJ, de 11.5.2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2598/2024-PGJ, DE 24.5.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Silvia Helena Schiavi de Carvalho, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 45ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 75ª Promotoria de Justiça da referida Comarca de 3 a 12.6.2024, em razão de afastamento da servidora Keyla Pereira Yoshimura, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2599/2024-PGJ, DE 24.5.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Jonathas Santos de Oliveira, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Apoio Logístico da Secretaria-Geral, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Setor de Transporte de 3 a 12.6.2024, em razão de afastamento do titular, Anderson Pinheiro Mariano.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-572/2024/PJ, DE 24.5.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Suspender as férias concedidas à servidora Debora Duarte Santana, por meio da Portaria nº e901/2023-PGJ, de 1.8.2023, que seriam usufruídas de 3 a 12.6.2024, a serem usufruídas de 17 a 26.6.2024, em razão de licença para tratamento de saúde, nos termos do artigo 10, inciso I, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-575/2024/PJ, DE 27.5.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Renata Valeria Brito Espindola, ocupante do cargo de Analista, símbolo MPAN101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 8 (oito) dias de licença-luto, no período de 17 a 24.5.2024, nos termos dos artigos 171, inciso III, alínea “b”, e 178, inciso II, da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, e do artigo 10, inciso XIII, da Resolução nº 22/2016-PGJ, de 12.9.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-576/2024/PGJ, DE 27.5.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-1249/2023-PGJ, de 25.10.2023, que concedeu férias à servidora Angela Teno Ribeiro do Val, de forma que, onde consta: "de 24.7 a 2.8.2024", passe a constar: "de 17 a 26.7.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-577/2024/PGJ, DE 27.5.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-1356/2023-PGJ, de 27.10.2023, que concedeu férias à servidora Kelly Watanabe Cunha Martins, de forma que, onde consta: "de 27.8 a 5.9.2024", passe a constar: "de 8 a 17.7.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-578/2024/PGJ, DE 27.5.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Flávio Cesar de Pauli, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas de 14 a 23.10.2024 e de 20 a 29.1.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 5 a 14.8.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-579/2024/PGJ, DE 27.5.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-1414/2023-PGJ, de 10.11.2023, que concedeu férias ao servidor Rafael Cezar Cavaretto, de forma que, onde consta: "de 7 a 16.1.2025", passe a constar: "de 7 a 16.8.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



**PORTARIA N° e-580/2024/PGJ, DE 27.5.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 6/2024-PGJ, de 6.5.2024,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Marcela Diniz Borges de Pauli, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas de 14 a 23.10.2024 e de 20 a 29.1.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 15 a 24.8.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**CONSELHO SUPERIOR****AVISO N° 022/2024/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência de **recurso** nas seguintes **Notícias de Fato**:

**1) Notícia de Fato nº 01.2024.00000304-3 – SIGILOSO**

49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público, das Fundações e das Entidades da comarca de Campo Grande

Recorrentes: A.I.H.J. e outros

**2) Notícia de Fato nº 01.2023.00008494-4 – SIGILOSO**

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Recorrente: A.R.

Campo Grande, 27 de maio de 2024.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP





## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**EXTRATO DO CONTRATO N° 024/PGJ/2024**

Processo n° 09.2023.00006913-2

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **BRILHAR SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA**, representada por **Andre Alves Pereira**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico n° 13/PGJ/2023.

Amparo legal: Lei Federal n° 14.133/2021.

Objeto: Prestação, pela Contratada, de serviços continuados de jardinagem compreendendo a manutenção, reforma e limpeza de áreas verdes, bem como jardins internos e externos, vasos com plantas ornamentais e áreas não urbanizadas do Contratante, incluindo mão-de-obra, fornecimento de uniformes, EPIs, materiais e insumos e o emprego de ferramentas e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços, para atender às sedes do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, localizadas na comarca de Campo Grande/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), nos termos da Nota de Empenho n° 2024NE001709, de 07.05.2024.

Vigência: 27.05.2024 a 27.05.2029.

Data de assinatura: 27 de maio de 2024.

**EXTRATO DO CONTRATO N° 025/PGJ/2024**

Processo n° 09.2023.00006913-2

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **BRILHAR SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA**, representada por **Andre Alves Pereira**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico n° 13/PGJ/2023.

Amparo legal: Lei Federal n° 14.133/2021.

Objeto: Prestação, pela Contratada, de serviços de jardinagem, sob demanda, nos edifícios-sede das Promotorias de Justiça das comarcas de Aparecida do Taboado/MS, Aquidauana/MS, Bonito/MS, Brasilândia/MS, Caarapó/MS, Corumbá/MS e Jardim/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 2.773,45 (dois mil setecentos e setenta e três reais e quarenta e cinco centavos), nos termos da Nota de Empenho n° 2024NE001710, de 07.05.2024.

Vigência: 27.05.2024 a 27.05.2026.

Data de assinatura: 27 de maio de 2024.

**EXTRATO DO OITAVO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 005/PGJ/2014**

Processo: PGJ/10/2449/2013 – PGA 09.2023.00000168-5

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**.

2- **SÔNIA DE VASCONCELLOS GONÇALVES**.

Procedimento licitatório: Dispensada de acordo com o artigo 24, inciso X da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993.

Amparo legal: Artigo 65, § 8º, da Lei Federal n° 8.666/1993.

Objeto: Reajuste do valor mensal do aluguel do imóvel objeto do contrato n° 005/PGJ/2014, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Valor mensal: R\$ 2.107,04 (dois mil cento e sete reais e quatro centavos).

Vigência: 27.05.2024 a 09.02.2025.

Data de assinatura: 27 de maio de 2024.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****Nº MP 08.2023.00013246-4****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 21ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima Douglas Martins Moraes Oliveira a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900109-73.2023.8.12.0001, que consta como vítima Douglas Martins Moraes Oliveira, conforme se transcreve: “Diante do exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, com fulcro no artigo 18 do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas”.

Campo Grande/MS, 23 de maio de 2024.

LUCIANA DO AMARAL RABELO  
Promotora de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 64ª Promotoria de Justiça de Campo Grande da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>1</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento Inquérito Policial n. 491/2022-5DP-CG, autos n. 0021523-89.2022.8.12.0001, em que consta como vítimas André Galdino da Cruz e Pâmela Melo Arantes, conforme se transcreve: “Ante ao exposto, em face da ausência de provas quanto à autoria delitiva, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL deixa de ofertar denúncia, em virtude da inexistência de autoria e arquiva o presente Inquérito Policial, ressalvado, contudo, o disposto no art. 18 do CPP”.

Campo Grande, 27 de março de 2024.

CRISTIANE AMARAL CAVALCANTE  
Promotora de Justiça

**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****AMAMBAI****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça de Amambai nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>2</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento da Inquérito Policial nº 08.2023.00210789-0 (Autos nº 0001844-60.2023.8.12.0004), em que constam como investigado Rosenildo Martins<sup>3</sup> e Eliana Martins Benites, conforme se transcreve: “Assim considerando que estão ausentes as condições de procedibilidade da ação penal, a extinção da punibilidade do autor é a medida que se impõe, motivo pelo qual o Parquet promove o arquivamento dos autos, sem prejuízo do disposto no artigo 18, do Código de Processo Penal”.

**Finalidade:** Cientificar a vítima Eliana Martins Benites.

Amambai/MS, 27 de maio de 2024.

NARA MENDES DOS SANTOS FERNANDES  
Promotora de Justiça

<sup>1</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

<sup>2</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

<sup>3</sup> Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais

**BELA VISTA**

---

**EDITAL N° 0044/2024/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 2020-9322/(67) 2020-9323, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2024.00004202-5

Requerente: Ministério Público Estadual;

Assunto: Acompanhar as visitas de inspeção junto aos programas municipais de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto, aplicadas a adolescentes em decorrência da prática de ato infracional, no ano de 2024, nos municípios de Bela Vista/MS e Caracol/MS.

Bela Vista/MS, 24/05/2024

NARA MENDES DOS SANTOS FERNANDES

Promotora de Justiça em substituição legal

**EDITAL N° 0045/2024/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 2020-9322/(67) 2020-9323 , Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2024.00004399-0

Requerente: Ministério Público Estadual;

Assunto: Acompanhar as inspeções realizadas na casa de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no município de Bela Vista/MS, no ano de 2024.

Bela Vista/MS, 24/05/2024

NARA MENDES DOS SANTOS FERNANDES

Promotora de Justiça em substituição legal

**EDITAL N° 0046/2024/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 20020-9322/(67)2020-9323 Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2024.00004467-8

Requerente: Ministério Público Estadual;

Assunto: Formalizar e acompanhar a realização de visita de inspeção anual, referente ao ano de 2024, nas Instituições de Longa Permanência para idosos nos municípios de Bela Vista/MS e Caracol/MS.

Bela Vista/MS, 24/05/2024

NARA MENDES DOS SANTOS FERNANDES

Promotora de Justiça em substituição legal

**RIBAS DO RIO PARDO****EDITAL Nº 0016/2024/02PJ/RRP****Inquérito Civil nº 06.2021.00000276-5.****Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ribas do Rio Pardo/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado nos autos de Inquérito Civil 06.2021.00000276-5 que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1017, bairro Nossa Senhora da Conceição I, CEP 79180-000, Ribas do Rio Pardo/MS

O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Compromitente: **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**

Compromissário: **Luís Roberto Stelutti**

**Objeto:** O Compromissário confirma ter sido cientificado da instauração do Inquérito Civil nº 06.2021.00000276-5 para apurar a regularidade da supressão de 3,32 hectares de vegetação nativa em área de Reserva Legal, no interior dos imóveis rurais "Fazenda Progresso - Santa Helena", localizados no Município de Ribas do Rio Pardo/MS. O Compromissário reconhece ser o proprietário dos imóveis rurais "Fazenda Progresso - Santa Helena", matrículas n.ºs 20316, 21674 e 21675, localizados no Município de Ribas do Rio Pardo/MS, e, consequentemente, responsável por toda e qualquer intervenção nele efetuada.

**Obrigações:** 1) O Compromissário obriga-se a não realizar qualquer intervenção potencialmente poluidora na área dos imóveis rurais "Fazenda Progresso - Santa Helena", matrículas n.ºs 20316, 21674 e 21675, localizados no Município de Ribas do Rio Pardo/MS, sem a prévia autorização ambiental expedida pelo Órgão Ambiental Competente. Eventual autorização ambiental concedida terá que ser respeitada em seu prazo de validade e abrangência, sendo essa verificação de exclusiva responsabilidade do Compromissário. O descumprimento das obrigações assumidas nesta cláusula e parágrafo primeiro importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hectare suprimido irregularmente. 2) O Compromissário assume a obrigação de informar ao Instituto do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul – IMASUL a execução de Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Alterada – PRADA, visando a recuperação dos 3,32 de hectares em área de Reserva Legal, no interior dos imóveis rurais "Fazenda Progresso - Santa Helena", no Município de Ribas do Rio Pardo/MS, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da assinatura deste Termo. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de atraso. 3) O Compromissário assume a obrigação de isolar com cercas os 3,32 hectares em área de Reserva Legal, prevenindo os fatores de degradação e supressão, ou seja, presença de semoventes, ocorrência de fogo, invasão por espécies exóticas, erosão e desmatamento, realizando aceiro, controle de processos erosivos e abstendo-se da execução de supressão vegetal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da assinatura deste Termo, com o fito de garantir a regeneração natural da área. O Compromissário reconhece que a implementação no imóvel rural dos trabalhos de campo referidos nesta Cláusula é obrigação de resultado de sua exclusiva responsabilidade. O descumprimento das obrigações assumidas nesta cláusula e parágrafos importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de atraso e obrigação inadimplida. 4) O Compromissário obriga-se, a título de indenização pelos danos ambientais pretéritos, ao pagamento da quantia de R\$ 8.000,00 (oito mil e trezentos reais)<sup>4</sup>, em até 4 (quatro) parcelas mensais, com o primeiro vencimento em 30 (trinta) dias a contar da assinatura do TAC, e os demais no mesmo dia dos meses subsequentes, em favor da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, mediante transferência bancária ou depósito identificado (Banco Santander, Agência 4317, Conta 130003051, CNPJ nº 03.226.149/0015-87), para execução do Projeto CEIPPAM (Centro Integrado de Proteção e Pesquisa Ambiental). O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia sobre o valor em atraso, bem como correção monetária pelo IGPM e juros de 1% ao mês até o efetivo pagamento. 5) Neste ato o Compromissário obriga-se a comunicar a esta Promotoria de Justiça, por escrito e no prazo de 10 (dez) dias a contar da respectiva efetivação, o cumprimento de cada uma das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta) reais por dia de atraso

Ribas do Rio Pardo/MS, 23 de maio de 2024.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA  
Promotora de Justiça

<sup>4</sup> Valor obtido da multiplicação de 3,32 hectares em área de Reserva Legal por R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), ou seja, 50% do valor da multa prevista no artigo 51 do Decreto n.º 6.514/2008 (Art. 51. Destruir, desmatar, danificar ou explorar floresta ou qualquer tipo de vegetação nativa ou de espécies nativas plantadas, em área de reserva legal ou servidão florestal, de domínio público ou privado, sem autorização prévia do órgão ambiental competente ou em desacordo com a concedida: Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por hectare ou fração).

**EDITAL Nº 0015/2024/02PJ/RRP****Inquérito Civil nº 06.2020.00001355-8.****Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ribas do Rio Pardo/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado nos autos de Inquérito Civil 06.2020.00001355-8 que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1017, bairro Nossa Senhora da Conceição I, CEP 79180-000, Ribas do Rio Pardo/MS

O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Compromitente: **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**

Compromissário: **Eduardo Nascimento Oliveira**

**Objeto:** O Compromissário confirma ter sido cientificado da instauração do Inquérito Civil nº 06.2020.00001355-8 para apurar a regularidade da supressão de 77,16 hectares de vegetação nativa, fora da área de Reserva Legal, no interior do imóvel rural "*Fazenda Toca da Anta*", CARMS0006409, localizado no Município de Ribas do Rio Pardo/MS. O Compromissário reconhece ser o proprietário do imóvel rural "*Fazenda Toca da Anta*", CARMS0006409, matrícula nº 16.390, localizado no Município de Ribas do Rio Pardo/MS, e, consequentemente, responsável por toda e qualquer intervenção nele efetuada.

**Obrigações:** **1)** O Compromissário obriga-se a não realizar qualquer intervenção potencialmente poluidora na área da propriedade rural "*Fazenda Toca da Anta*", CARMS0006409, matrícula nº 16.390, localizado no Município de Ribas do Rio Pardo/MS, sem a prévia autorização ambiental expedida pelo Órgão Ambiental Competente. Eventual autorização ambiental concedida terá que ser respeitada em seu prazo de validade e abrangência, sendo essa verificação de exclusiva responsabilidade do Compromissário. O descumprimento das obrigações assumidas nesta cláusula e parágrafo primeiro importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hectare suprimido irregularmente, limitado o valor em R\$ 10.000,00 (dez mil reais). **2)** O Compromissário obriga-se a regularizar junto ao IMASUL a supressão dos 77,16 hectares de vegetação nativa, fora da área de Reserva Legal, no interior do imóvel rural "*Fazenda Toca da Anta*", CARMS0006409, sem a respectiva autorização ambiental, seja através do protocolo de carta consulta ou requerimento de licenciamento ambiental tardio, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da assinatura do TAC. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de atraso, limitado o valor em R\$ 10.000,00 (dez mil reais). **3)** O Compromissário obriga-se, a título de indenização pelos danos ambientais pretéritos, ao pagamento da quantia de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)<sup>5</sup>, em parcela única, com o pagamento em 30 (trinta) dias a contar da assinatura do TAC, em favor da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, mediante transferência bancária ou depósito identificado (*Banco Santander, Conta 4317, Agência 130003051, CNPJ nº 03.226.149/0015-87*), para execução do Projeto CEIPPAM (Centro Integrado de Proteção e Pesquisa Ambiental). O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia sobre o valor em atraso, bem como correção monetária pelo IGPM e juros de 1% ao mês até o efetivo pagamento, limitado o valor em R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Ribas do Rio Pardo/MS, 22 de maio de 2024.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA

Promotora de Justiça

<sup>5</sup> Valor obtido da multiplicação de 77 hectares (fração arredondada para menos) de vegetação nativa remanescente por R\$ 500,00 (quinhentos reais), ou seja, 50% do valor da multa prevista no artigo 52 do Decreto nº 6.514/2008 (Art. 52. *Desmatar, a corte raso, florestas ou demais formações nativas, fora da reserva legal, sem autorização da autoridade competente: Multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) por hectare ou fração.*).